



II JORNADAS ARBITRAIS DEDICADAS ÀS CAUTELAS A TER NAS ARBITRAGENS

Colocar Lisboa no mapa da arbitragem internacional

“A arbitragem enquanto área de prática assumiu em Portugal uma pujança importante e que urge aproveitar”, considerou Mariana França Gouveia, membro da Corte de Arbitragem do Centro de Comércio Internacional e vice-presidente do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, na sessão de abertura das II Jornadas Arbitrais, que decorreram a 10 de Março, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

A também professora universitária defendeu a ideia de colocar “Lisboa no mapa da arbitragem internacional”. A cidade “tem inúmeras características que lhe permitem isso: segurança, posição geográfica, ligações aéreas, mas também precisa de uma comunidade jurídica forte e moderna, conhecedora e fluente em várias línguas”.



Filipe Vaz Pinto, Mariana França Gouveia, António Menezes Cordeiro e Tito Arantes Fontes no painel 1, sobre as cautelas com o tribunal

Mas, na sua visão, Lisboa “precisa de determinar o seu mercado: que litígios podem preferir Lisboa a Genebra, Londres ou Paris?”.

Nestas II Jornadas Arbitrais participaram ainda muitos profissionais que se têm dedicado à arbitragem, nomeadamente Filipe Vaz Pinto (MLGTS Advogados), Tito Arantes Fontes (Uría Menéndez – Proença de Carvalho, Sociedade de Advogados), Rui Pinto

Duarte (Rui Pinto Duarte e Associados), Francisco Sá Carneiro (Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados), Armindo Ribeiro Mendes (Árbitro), Miguel Pinto Cardoso (VdA), Teresa Anselmo Vaz (Anselmo Vaz, Afra e Associados), Nuno Lousa (Linklaters), Nuno Pena (CMS Rui Pena & Arnaut), Guilherme Santos Silva (Abreu Advogados) e António Pedro Pinto Monteiro (PLMJ Advogados).

O tema principal destas jornadas era “Cautelas nas Arbitragens Internacionais” e foi tratado em quatro painéis: um ligado às cautelas a ter em tribunal, outro às cautelas com o processo, um terceiro ligado às cautelas com a prova e por fim as cautelas a ter com as decisões desfavoráveis.

As jornadas são organizadas pelo Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL.